



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
GABINETE DA PRESIDÊNCIA



RESOLUÇÃO Nº 6.289

O Conselheiro **RONALDO PASSARINHO**, Presidente do TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o disposto no art. 37, XI da Constituição Federal, ressalvado no art. 22, parágrafo único, inciso I da Lei de Responsabilidade Fiscal;

Considerando a decisão contida na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1797-0, do Supremo Tribunal Federal, ao julgar, no mérito, a admissibilidade da aplicação dos cálculos de correção monetária decorrente da conversão da URV, concedidas por decisão administrativa;

Considerando a Resolução nº 007/2000, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, publicada no DOE de 10/11/2000.

R E S O L V E:

I – Adotar integralmente, no âmbito deste Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, os termos da Resolução nº 007/2000, de 08/11/2000, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, com efeitos retroativos à 1º de janeiro de 2001.

II – Autorizar a Presidência deste Tribunal a adotar as providências necessárias complementares, ao cumprimento desta Resolução.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, 1º de fevereiro de 2001.


Conselheiro RONALDO PASSARINHO

Presidente


Conselheiro PAULO DOURADO


Conselheiro LAUDELINO PINTO SOARES


Conselheiro ALCIDES ALCÂNTARA


Conselheiro ALOISIO CHAVES